

Com 13º do Bolsa Família, Bolsonaro alcança áreas com forte rejeição no país

Benefício que deve ser anunciado nesta quinta atingirá sobretudo o Nordeste, em que o mandato do presidente tem a pior avaliação

Danielle Brant,
Fábio Takahashi e
Leonardo Diegues

BRASÍLIA E SÃO PAULO A concessão do 13º pagamento para beneficiários do Bolsa Família, a ser anunciada oficialmente nesta quinta-feira (11) por Jair Bolsonaro (PSL), representa um agrado direto ao público mais crítico ao presidente.

Promessa de campanha, a medida atingirá principalmente áreas que menos votaram em Bolsonaro na última eleição e onde a popularidade de seu governo também está mais baixa nos primeiros cem dias de mandato — especialmente na região Nordeste.

A concessão do 13º no Bolsa Família terá um custo anual de R\$ 2,6 bilhões, mas, por outro lado, não haverá reajuste no valor do benefício neste ano.

Ela atende diferentes áreas do país que têm em comum a população de baixa renda e será oficializada após Bolsonaro registrar a pior avaliação entre presidentes em primeiro mandato — segundo o Datafolha, 30% consideram a gestão ruim/péssima, 32%, ótima/boa, e 33%, regular.

No Nordeste, Bolsonaro teve na eleição 30% dos votos no segundo turno, contra 70% de Fernando Haddad (PT).

É justamente nessa região em que a presença do Bolsa Família é mais marcante — ao menos 12% da população recebe esse benefício. No Sudeste, que deu grande vantagem ao presidente na eleição, são 4% de beneficiários.

O Nordeste também dá a pior avaliação a Bolsonaro após três meses de mandato. Pelo Datafolha, a desaprovação ao governo nessa região ficou em 39% — no Sul, apenas 22%.

O investimento no Bolsa Família tem potencial de melhorar a imagem do presidente também nas capitais — onde ele conseguiu boa base na campanha, mas com periferias que deram menor votação ao então candidato do PSL.

Em São Paulo, por exemplo, Bolsonaro obteve seus melhores desempenhos eleitorais nos bairros mais ricos, como Indianópolis, Jardins e Santana. E chegou a perder nos mais carentes, como Capão Redondo, Grajaú e Cidade Tiradentes — locais com mais potenciais beneficiá-

rios do programa Bolsa Família.

Outro efeito positivo para Bolsonaro pode ser a tentativa de capturar, mesmo em parte, uma bandeira que deu ajuda ao PT a obter seguidas vitórias em eleições presidenciais.

Pesquisas já mostraram forte relação entre ser beneficiário do programa e a maior probabilidade de votar no PT. Por exemplo, uma feita por Elaine Lício, Lucio Rennó e Henrique Castro, da UnB (Universidade de Brasília), que analisaram a vitória de Lula em 2006.

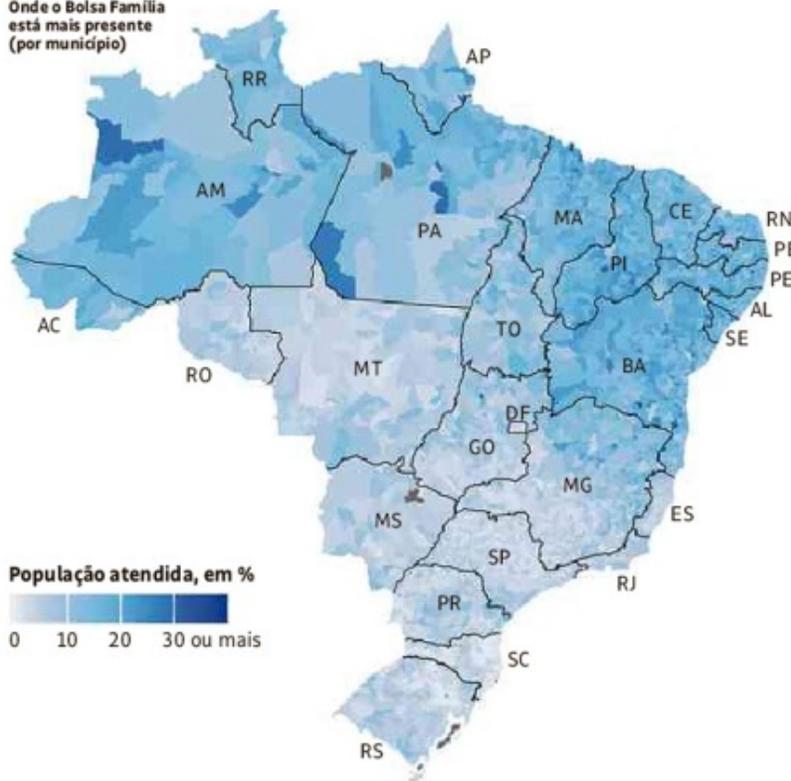
Outro trabalho, de Sergio Simoni Junior, da USP, mostrou efeito parecido até em pessoas que não recebiam pelo programa, mas conheciam algum beneficiário. O pesquisador verificou essa relação nas vitórias do PT em 2006 e 2010.

Na terça (9), em evento, Bolsonaro se apresentou como defensor do Bolsa Família, embora tenha complementado que “o que tira o homem e a mulher das questões difíceis que se encontram é o conhecimento”. Antes da Presidência, ele havia classificado o programa como “caridade”.

Bolsonaro teve menos votos em locais com maior presença do Bolsa Família

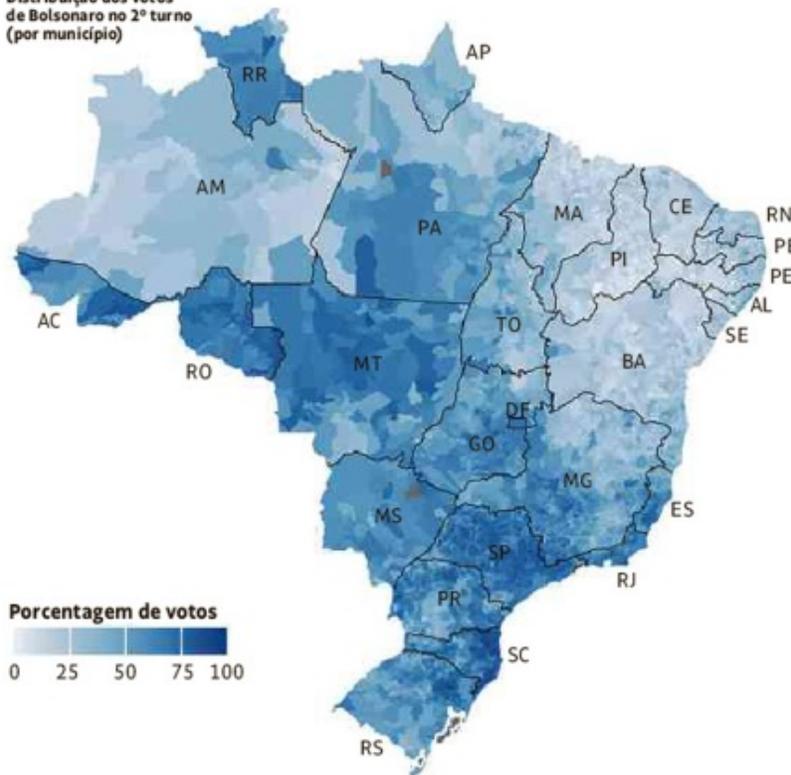
Norte e Nordeste são as regiões com maior concentração de **famílias atendidas**

Onde o Bolsa Família está mais presente (por município)



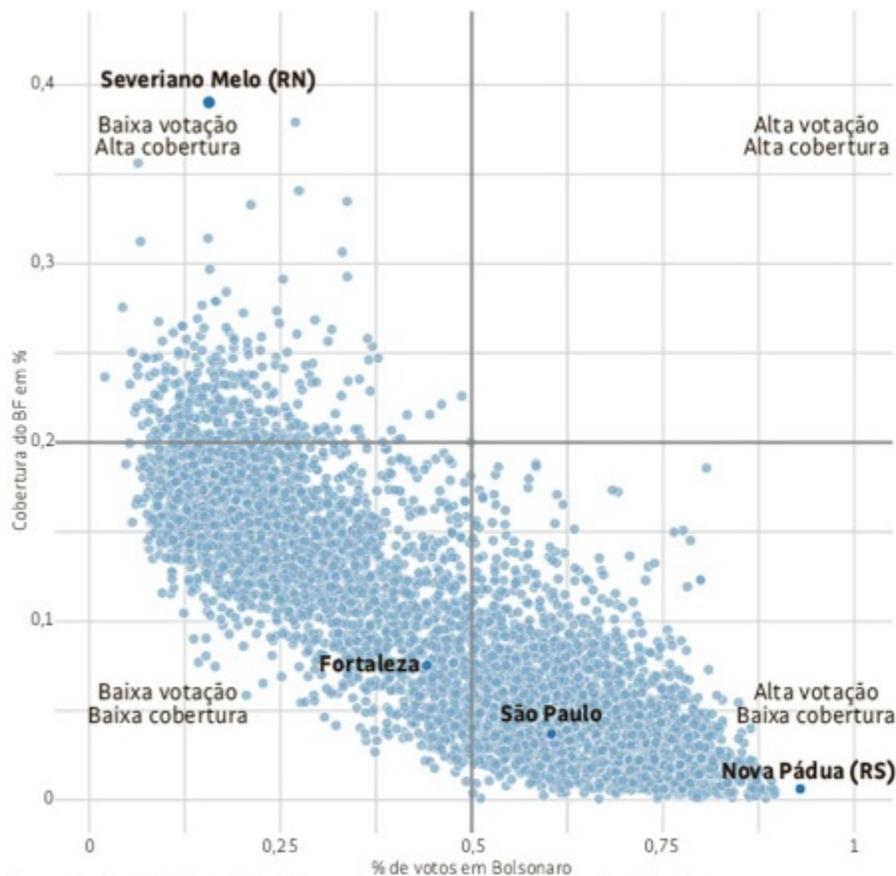
Também são as regiões onde o presidente teve menos **votos**

Distribuição dos votos de Bolsonaro no 2º turno (por município)



Em geral, municípios com **mais famílias beneficiadas pelo programa** deram **menos votos** a Bolsonaro

Relação entre votos e cobertura do Bolsa Família



Fontes: Dados do TSE (votação no 2º turno de 2018), IBGE (população) e do Ministério da Cidadania (beneficiários do Bolsa Família em outubro-2018), tabulados pela **Folha**

Pelo Bolsa Família, 14,1 milhões de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza recebem recursos do governo. O valor médio do benefício distribuído é de R\$ 186,94 mensais, segundo dados de março, e a previsão orçamentária em 2019 é de R\$ 30 bilhões.

Desde que foi eleito, Bolsonaro promete pente fino no programa, alegando que há desvios na iniciativa.

O dinheiro para pagamento do 13º, por exemplo, viria de irregularidades que ele afirma ter identificado durante esse maior escrutínio. Só com a revisão de pagamentos do auxílio-doença, a economia chegaria a R\$ 15 bilhões, segundo Osmar Terra, ministro da Cidadania.

Nos dois últimos anos, a quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família caiu de 17 milhões para os atuais 14,1 milhões.

Também para sustentar a concessão do 13º, Terra afirma que a correção anual do valor do benefício foi suspensa neste ano e, em 2020, vai depender do desempenho da economia.

A troca, mesmo assim, indica um aumento no montante a ser recebido pelos beneficiários em 2019.

Numa projeção do 13º diluído entre os 12 pagamentos, há um acréscimo de R\$ 16 no valor médio pago por mês. Se fosse aplicada a inflação (INPC) acumulada nos últimos 12 meses, ele seria de menos de metade (R\$ 7,50).

O pagamento adicional no programa parece encontrar

apoio até na oposição.

O deputado federal Patrus Ananias (PT-MG), que ajudou a implantar a iniciativa na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, qualifica a criação do recurso como positiva. Ele critica, porém, que isso aconteça enquanto a gestão Bolsonaro “desmonta” outras políticas que ajudariam a tirar as famílias da pobreza.

“O governo dá com uma mão e tira direitos com outra. Eles removeram do programa um grande número de famílias, sem nenhum critério. Também não deram o reajuste previsto. Sem outras políticas públicas, o Bolsa Família não cumpre seu objetivo.”

“Resta saber qual a intenção do governo ao criar esse tipo de proposta e fazer uma reforma da Previdência que acaba com o BPC [Benefício de Prestação Continuada] e eleva para 70 anos o pagamento do salário mínimo”, diz o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP).

Fora do espectro político, Marcelo Neri, diretor do FGV Social, afirma que qualquer gasto com o Bolsa Família tem impacto econômico e social positivo. “Tem um efeito multiplicador que não pode ser desprezado”, diz.

A única ressalva que faz é sobre o pagamento no formato de 13º salário. O ex-presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) afirmou que dar a flexibilidade de a família escolher quando quer receber o recurso seria mais interessante do que concentrá-lo no último mês do ano.

Antigo reduto lulista celebra benefício com desconfiança

João Valadares

RECIFE Adriana de Lima, 43, mãe de oito filhos, moradora de Alto José do Pinho, reduto historicamente lulista na periferia do Recife, deu uma gargalhada incrédula quando informada pela Folha de que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) iria anunciar o 13º do Bolsa Família.

“Bolsonaro? Você está brincando. Ele é rígido. Diziam que Bolsa Família era coisa de vagabundo. Onde passou isso?”, perguntou.

Ela integra um grupo de 3,3 milhões de pernambucanos (de 1,1 milhão de famílias, 35% da população) que recebem Bolsa Família e que vão ganhar também uma parcela extra do governo estadual de Paulo Câmara (PSB).

“Esse 13º de Paulo Câmara eu vi passar no repórter. Pobre não recebe duas notícias boas seguidas assim”, brinca.

Adriana votou em Fernando Haddad (PT) nas últimas eleições presidenciais. Ganha R\$ 480 do programa federal, mas tenta resolver um problema no cadastro, ocorrido no mês de março, porque o filho perdeu a vaga na escola.

Na prática, após a confirmação do 13º pelo governo federal, os pernambucanos que recebem Bolsa Família vão ganhar uma espécie de 14º.

Os benefícios adicionais, tanto do governo federal

quanto do estadual, não estão interligados. Por isso, um não anula o outro. Na semana passada, Pernambuco anunciou o pagamento do extra com recursos próprios que podem chegar a até R\$ 175 milhões por ano.

A Folha conversou nesta quarta (10) com beneficiários do Bolsa Família em quatro bairros pobres da capital pernambucana, onde Jair Bolsonaro perdeu a eleição no segundo turno para o petista Fernando Haddad (52,5% a 47,5%).

No Recife, que conta com 93 mil famílias cadastradas no Bolsa Família, o sentimento em relação à novidade anunciada pelo presidente se repete: surpresa e bastante desconfiança.

No Ibura, bairro que lidera o número de famílias cadastradas no programa, o desempregado Pedro Firmino da Silva, 49, comemora o anúncio de Bolsonaro, mas diz que só acredita quando sacar o dinheiro.

A família dele recebe R\$ 230 de benefício. “Eles falam que somos vagabundos e agora estão dando assim de mão beijada? Será que já estão pensando na eleição?”

“O senhor sabe que aqui é Lula. Eu votei em Lula nas outras eleições, em Dilma, mas fui Bolsonaro agora. Ele quer que as pessoas fiquem do lado dele. Vou esperar para saber se é verdade mesmo”, afirmou Janaína Silva de Oliveira, moradora do bairro dos Coelho, onde ainda há palafitas. Com três filhos pequenos e desempregada há quatro anos, ela ganha R\$ 212.

Como funciona o Bolsa Família

O que é

Programa de **transferência de renda** destinado a famílias que vivem em **situação de pobreza e de extrema pobreza**

Quem pode participar

Famílias com **renda de até R\$ 89 mensais por pessoa** ou de até **R\$ 178 por pessoa**, desde que tenham crianças e adolescentes de 0 a 17 anos

Valores repassados

O valor mensal **varia de acordo com a composição familiar**.

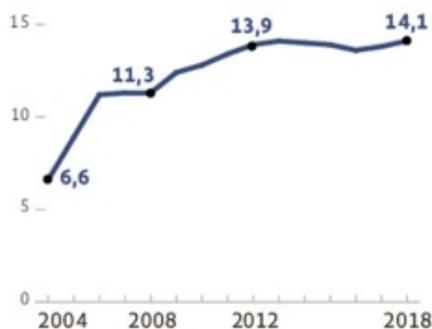
O programa exige frequência escolar das crianças e adolescentes e cadastros no sistema de saúde*



Exemplo Família de 5 pessoas, sendo uma gestante, três crianças e um adolescente de 16 anos, com renda mensal de R\$ 150 por pessoa, receberá:



Famílias beneficiadas, em milhões



R\$186,94 é o benefício médio recebido

R\$ 30 bilhões é a previsão orçamentária do Bolsa Família em 2019

R\$ 2,58 bilhões é quanto custará o adicional do 13º

*Há ainda um extra, calculado caso a caso, para famílias que, mesmo recebendo os benefícios, não conseguem atingir renda de R\$ 89 por pessoa ** Também são pagos R\$41 a mais por bebê de 0 a 6 meses Fonte: Ministério da Cidadania

Bolsa Família ganha 13º, mas, como arma política, só decola com renda e trabalho

ANÁLISE

Fernando Canzian

Antes dele e para muitas famílias, o Estado nunca havia entrado pela porta. Quando o fez, foi dando um cartão para sacar dinheiro. Mas é como arma política que o Bolsa Família vem sendo identificado desde o início do governo Lula (2003-2010), quando o Banco Mundial ajudou o Brasil a copiar o bem-sucedido Oportunidades mexicano.

Em seu lançamento, ele já serviu como uma espécie de compensação à base social do PT para o ajuste fiscal que Lula seria obrigado a fazer em 2003, quando o Brasil ainda era devedor no Fundo Monetário Internacional — instituição irmã do Banco Mundial em Washington.

Nos anos seguintes, o mapa dos atendidos pelo programa (metade no Nordeste) acabaria virando uma espécie de “decalque” das votações do PT na reeleição de Lula e nas duas vitórias de Dilma Rousseff.

Mas a popularidade recorde de Lula ao final de 2010 e as eleições de Dilma vieram sobretudo na esteira de um forte aumento na renda dos brasileiros via trabalho e novos empregos, especialmente os formais.

Tomando o período de 2004 a 2014, a decomposição das famílias por faixa de renda revela que apenas as muito pobres tiveram ganhos expressivos com o Bolsa Família, segundo dados do FGV Social e do IBGE.

Entre as 10% mais pobres, a contribuição do programa para o aumento da renda foi de 31% no período — mas ela cai a um terço disso para as famílias do estrato 40% mais pobre.

Já na média do país, com todas as faixas de renda, a contribuição do Bolsa Família na

melhora dos rendimentos foi ínfima, de apenas 3%. Outros 19% vieram de aumentos nos benefícios previdenciários, e o grosso, 78%, da melhora nos níveis de emprego e de trabalhos mais bem remunerados.

Nos governos Lula 1 (2003-2006) e 2 (2007-2010), com as contas públicas em ordem, o Brasil criou 15 milhões de vagas com carteira assinada e chegou a 2014 com uma participação recorde de empregos formais na força de trabalho.

Não por coincidência, foi quando o país passou a ter déficits com as políticas insustentáveis de Dilma que o desemprego e a informalidade cresceram e houve queda significativa na evolução dos rendimentos, além de piora abrupta na desigualdade.

O 13º pagamento que Jair Bolsonaro anuncia agora para o Bolsa Família atenuará um pouco a queda nos rendimentos registrada nos últimos anos entre os mais pobres e possivelmente trará benefícios políticos ao presidente nessa faixa de renda que se desentanca com ele.

Mas, sem recolocar as contas públicas em ordem e estimular a criação de empregos, é improvável que Bolsonaro repita a mesma história dos governos Lula e Dilma 1 (2011-2014).

[...]

O 13º do Bolsa Família atenua a queda na renda dos últimos anos, mas, para repetir Lula e Dilma entre os mais pobres, Bolsonaro deve criar empregos e acertar contas públicas